

Declaração de Residência

(apresentar comprovante de residência em nome do proprietário do imóvel)

Eu (proprietário do imóvel) _____,

inscrito(a) no RG sob o nº _____, expedido pelo(a) _____,

CPF nº _____, residente e domiciliado(a) na _____

cidade de _____, UF _____, CEP _____,

para fins de comprovação de residência, **DECLARA**, nos termos da **Lei nº 7.115/83***, junto à Instituição de Ensino

_____, que o(a) Sr.(a),

_____, inscrito(a) no

RG sob o nº _____, expedido pelo(a) _____ e no CPF sob o nº

_____, reside no imóvel de minha propriedade situado na

cidade de _____, UF _____, CEP _____

que desde o mês _____ do ano de _____. Sendo assim, comprometo-

me a comunicar à Instituição de Ensino acima mencionada, qualquer alteração referente às informações prestadas nesta

declaração, e apresentar a respectiva documentação comprobatória.

Nos termos da **Lei nº 7.115/83***, que dispõe sobre a prova documental, **DECLARO** verdadeiras todas as informações

prestadas por ocasião do presente processo seletivo, bem como estar ciente de que a falsidade das declarações firmadas

ensejará a responsabilização legal prevista no **art. art. 3 da Lei nº 11.096/2005****, sem prejuízo da sanção penal apli-

cável ao crime de falsidade ideológica, prevista no **art. 299 do Código Penal*****, além de acarretar o imediato cancela-

lamento do benefício ofertado em razão da Bolsa ProUni, ao candidato(a): _____

_____, _____ de _____ de _____.
(cidade-UF, dia, mês e ano)

Assinatura

(reconhecer firma em cartório)

(*) LEI Nº 7.115, DE 29 DE AGOSTO DE 1983

Art. 1º. A declaração destinada a fazer prova de vida, residência, pobreza, dependência econômica, homonímia ou bons antecedentes, quando firmada pelo próprio interessado ou por procurador bastante, e sob as penas da lei, presume-se verdadeira.

Parágrafo Único. O disposto neste artigo não se aplica para fins de prova em processo penal.

Art. 2º. Se comprovadamente falsa a declaração, sujeitar-se-á o declarante às sanções civis, administrativas e criminais previstas na legislação aplicável.

Art. 3º. A declaração mencionará expressamente a responsabilidade do declarante.

() LEI Nº 11.096, DE 13 DE JANEIRO DE 2005**

Art. 3º. O estudante a ser beneficiado pelo ProUni será pré-selecionado pelos resultados e pelo perfil socioeconômico do Exame Nacional do Ensino Médio - ENEM ou outros critérios a serem definidos pelo Ministério da Educação, e, na etapa final, selecionado pela instituição de ensino superior, segundo seus próprios critérios, à qual competirá, também, aferir as informações prestadas pelo candidato.

Parágrafo Único. O beneficiário do ProUni responde legalmente pela veracidade e autenticidade das informações socioeconômicas por ele prestadas.

(*) ART. 299, CÓDIGO PENAL BRASILEIRO**

Art. 299. Omitir em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante:

Pena. Reclusão, de 01 (um) a 05 (cinco) anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de 01 (um) a 03 (três) anos e multa, se o documento é particular.

Parágrafo Único. Se o agente é funcionário público, e comete o crime prevalecendo-se do cargo, ou se a falsificação ou alteração é de assentamento de registro civil, aumenta-se a pena de sexta parte.